

Coletânea Zero à Esquerda
Coordenadores: Paulo Eduardo Arantes e Iná Camargo Costa

- Desafortunados
David Show e Leon Anderson
- Desorganizando o consenso
Fernando Haddad (org.)
- Dicionário de bolso do almanaque filosófico zero à esquerda
Paulo Eduardo Arantes
- Os direitos do antivalor
Francisco de Oliveira
- Em defesa do socialismo
Fernando Haddad
- Estados e moedas no desenvolvimento das nações
José Luís Fiori
- Geopolítica do caos
Ignacio Ramonet
- Globalização em questão
Paul Hirst e Grahame Thompson
- Guy Debord
Anselm Jappe
- A ilusão do desenvolvimento
Giovanni Arrighi
- Herbert Marcuse - A grande recusa hoje
Isabel Loureiro (org.)
- As metamorfoses da questão social
Robert Castel
- O método Brecht
Fredric Jameson
- Os moedeiros falsos
José Luís Fiori
- Os novos cães de guarda
Serge Halimi
- Poder e dinheiro - Uma economia política da globalização
Maria da Conceição Taueres e José Luís Fiori (orgs.)
- Os sentidos da democracia
Equipe de Pesquisadores do Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania - Nedic
- Sina o drama
Iná Camargo Costa
- Os últimos combates
Robert Kurz
- Uma utopia militante - Repensando o socialismo
Paul Singer
- A cidade do pensamento único - Desmanchando consensos
Oflia Arantes, Carlos Vainer e Ernínia Maricato
- Nem tudo que é sólido desmancha no ar - Ensaio de peso
Jorge Miguel Marinho
- Brasil no Espago
José Luís Fiori
- Biopirataria
Vandana Shiva
- A cultura do dinheiro
Fredric Jameson
- Polarização mundial e crescimento
José Luís Fiori e Carlos Medeiros (orgs.)

Conselho Editorial da Coletânea Zero à Esquerda

Oflia Beatriz Fiori Arantes
Roberto Schwart
Modesto Carone
Fernando Haddad
Maria Elisa Cevasco
Ismail Xavier
José Luís Fiori

José Luís Fiori e Carlos Medeiros
(organizadores)

Polarização mundial e crescimento



EDITORA
VOZES

Petrópolis
2001

Sistema mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano

"Se por coletividade entende-se não-somente o conjunto dos grandes países industrializados, é verdade que o fruto do progresso técnico distribui-se gradativamente entre todos os grupos e classes sociais. Todavia, se o conceito de coletividade também é estendido à periferia da economia mundial, essa generalização passa a carregar em si um grave erro".

Raul Prebisch, 1949: *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*

Introdução

Dois temas ocupam lugar de destaque na agenda das discussões socioeconômicas neste início do século XXI: o redesenho do mapa geopolítico e a polarização crescente da riqueza e do poder mundiais, e a pauperização de grandes massas populacionais, sobretudo na periferia do sistema capitalista. Há consenso que são incôgnitas de uma mesma equação, decisiva para compreender o lugar do desenvolvimento econômico e das lutas sociais na nova ordem mundial, depois da grande transformação dos últimos 25 anos do século XX. Não são problemas novos, vêm sendo discutidos há muito tempo, nos campos teórico e político. Seu retorno surpreende apenas porque foram temas soterrados, nas últimas décadas, pela supremacia acadêmica e ideológica das idéias neoliberais.

Não cabe neste artigo nova discussão sobre as reses e as políticas dominantes durante o período.¹ Basta relembrar o núcleo duro e utópico dessa visão do mundo, responsável pela popularidade da ideologia da globalização. Nesse ponto, o importante não é novo, são idéias que vêm do país do liberalismo clássico, econômico e político, em particular sua crença num capitalismo sem fronteiras, gerido por Estados nacionais reduzidos a suas funções mais elementares e a certeza de que a desregulação dos mercados e

¹ Esta discussão aparece em destaque no ensaio de Carlos Medeiros, *Instituições, Estados e mercados no desenvolvimento econômico*, mas também está presente nos demais ensaios econômicos deste livro.

a liberalização das economias nacionais promoveriam, no médio prazo, a convergência da riqueza das nações e a redução das desigualdades entre as classes sociais. Não é difícil perceber, portanto, por que os dois temas que abrem a discussão do novo século não têm nem tiveram lugar dentro dessa visão do mundo capitalista. A perda de soberania dos Estados nacionais é vista como algo positivo e, se ainda existem desigualdades e pauperização, devem ser consideradas como fase dolorosa, mas transitória, no caminho da "terra prometida".

Na América Latina, essas idéias também acabaram dominando o pensamento político e acadêmico durante as duas últimas décadas. Transformaram-se no fundamento teórico e ideológico de um novo projeto econômico de desenvolvimento, "associado e dependente" das grandes potências, em particular do poder e da economia norte-americanos. Por isso, também na América Latina, durante esse período, foram descartadas, como anacrônicas, todas as teses e preocupações contidas na agenda do debate latino-americano sobre o desenvolvimento: a respeito das restrições externas ao crescimento e sobre as origens das desigualdades sociais, mas também sobre a necessidade do intervencionismo estatal e do projeto de construção de um sistema econômico nacional e autônomo.

A avassaladora hegemonia das idéias liberais e a fragilização temporária dos estruturalistas, marxistas e nacionalistas foram responsáveis pelo aca-nhamento do debate intelectual, que ficou reduzido ao acompanhamento de curto prazo das políticas de privatização, desregulação e estabilização macroeconômica. Esse estreitamento das idéias acompanhou a redução da margem de manobra dos Estados que aderiram ao programa de liberalização global e ficaram, ao mesmo tempo, prisioneiros da camisa de força criada pelas suas próprias políticas liberais e pela fragilidade financeira de seu novo modelo econômico, cujas restrições externas não lhes deixam margem para crescimento rápido e sustentado, nem recursos fiscais para a expansão da infra-estrutura e para a sustentação de políticas sociais universalizantes, capazes de conter o processo de pauperização de suas populações.

Depois de duas décadas desta experiência liberal-conservadora, um fantasma retornou e ronda hoje todos os governos latino-americanos. Aos poucos, até os mais convictos vão redescobririndo que, por mais que se desregule e privatize a economia e a política, e por mais que se comemore o fim das fronteiras, há algumas coisas que as grandes potências não pretendem globalizar, como, por exemplo, os balanços de pagamentos, as dívidas públicas e a pobreza. Estas são as dificuldades que aparecem de forma cada vez mais destacada nos balanços estatísticos da última década, nas análises de risco das agências especializadas e nos documentos oficiais dos organismos multilaterais, como o BIRD, a ONU, o BID e até mesmo o FMI.

Apesar disso, ainda existe enorme resistência dos intelectuais latino-americanos a enfrentar uma rediscussão, que consideravam superada, sobre o problema do desenvolvimento desigual e pauperizante do capitalismo. Uma discussão teórica e histórica decisiva para a formulação de um projeto econômico e de uma estratégia social capazes de alterar uma rota que aponta, hoje, na direção da degradação e entropia das sociedades latino-americanas.

A tradição estruturalista

O retorno de problemas amplamente debatidos desde o fim da 2ª Guerra Mundial e a desautorização progressiva das idéias que formaram o *mainstream* econômico e político, nestas duas últimas décadas, remete-nos de volta a uma outra tradição intelectual, a do pensamento crítico latino-americano e, dentro desse pensamento, a suas duas raízes mais importantes: o estruturalismo e um certo marxismo que se distanciou, na década de 1950, das teses e diretrizes oficiais dos partidos comunistas.

Já faz mais de meio século que Raul Prebisch escreveu o ensaio que Albert Hirschman chamou de "manifesto latino-americano". Entre 1949 e 1951, Prebisch publicou três textos fundamentais², onde desenhou a agenda de pesquisa e reflexão teórica da Cepal, para as duas décadas seguintes. Esse corpo de idéias transformou-se na matriz de uma escola de pensamento e no fundamento teórico de um projeto e de uma estratégia político-econômica para a América Latina que vigorou com sucesso, do ponto de vista do crescimento econômico, até o início dos anos 80, pelo menos nos casos do Brasil e do México. Secundariamente, suas idéias somaram-se a várias outras correntes e projetos de industrialização, que formaram, em conjunto, o caldo de cultura da ideologia desenvolvimentista da década de 50.

No campo estritamente teórico e acadêmico, as idéias germinais de Prebisch e Furtado deram origem ao que se chamou, desde aquela época, de "escola estruturalista", ou também, de forma menos precisa, de "pensamento Cepalino". Seu ponto de partida foi uma crítica à teoria do comércio internacional da economia política clássica ou, mais precisamente, da leitura neoclássica da teoria do comércio internacional de Ricardo. Não há dú-

² Os três ensaios tratam o mesmo tema de forma complementar: "O desenvolvimento econômico da AL e alguns de seus problemas principais", "Estudos econômicos da AL, 1949" e "Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico" e estão publicados na obra organizada por R. Bielschowsky, *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL*, Editora Record, Rio de Janeiro, 2000.

vida, entretanto, que a contribuição mais original da teoria estruturalista foi sua visão sistêmica do desenvolvimento desigual do capitalismo, em escala mundial – sistema econômico global e hierarquizado, cujo impulso dinâmico, desde a revolução industrial, veio do seu “centro cíclico principal”, que esteve na Inglaterra, no século XIX, e passou para os Estados Unidos, durante o século XX. Segundo os estruturalistas, estes “centros cíclicos” é que impõem os padrões de comércio e desenvolvimento desiguais e hierarquizados que dão origem à “periferia” do sistema. Com isso, Prebisch e a Cepal resgataram o conceito de periferia, do senso comum, dando-lhe um significado muito preciso, associado à dinâmica cíclica da economia mundial e à “deterioração secular dos termos de intercâmbio”, desfavoráveis, no longo prazo, para as economias periféricas. Para eles, o próprio capitalismo latino-americano ficava ininteligível, caso não se tomasse em conta a especificidade da sua inserção econômica internacional, a partir do século XIX, um tipo de inserção liberal, na ordem econômica mundial, liderada pela Inglaterra e submetida ao seu sistema monetário internacional, o padrão-ouro. Para os primeiros estruturalistas, este é o ponto de partida da explicação da forma e do ritmo do crescimento econômico, da difusão desigual do progresso tecnológico, da “dualidade” e das condições de desemprego estrutural e concentração da renda e da riqueza na maioria das economias latino-americanas. Esta análise das condições em que operavam os mercados e o progresso tecnológico nas economias periféricas foi decisiva para que os estruturalistas concluíssem que cabia ao Estado e às políticas públicas papel central nas industrializações periféricas, tese que os aproximava das idéias mercantilistas e das políticas preconizadas pelo nacionalismo econômico alemão.

Do ponto de vista da sua sociogênese, a teoria estruturalista foi, num primeiro momento, uma tomada de consciência e um diagnóstico da crise dos anos 30 e das mudanças econômicas pelas quais passava a economia continental, como consequência da longa crise mundial inaugurada pela 1ª Guerra. Nesse sentido, o estruturalismo foi a forma de pensar de uma geração de intelectuais que refletiu na América Latina sobre a mesma mudança global que inspirou as obras de Keynes e Polanyi, entre outros. Mas, progressivamente, transformou-se numa teoria mais ambiciosa, sobre as causas e a forma dinâmica de instalação e expansão do subdesenvolvimento. Foi a primeira reflexão sistemática e original dos latino-americanos sobre sua própria trajetória político-econômica e sobre a sua especificidade com relação ao resto do mundo capitalista. Um programa original de pesquisa, que depois se expandiu para o campo da sociologia, da política e da história.

O método histórico-comparativo e a teoria estruturalista têm parentesco indiscutível – apesar de nem sempre reconhecido – com o pensamento eco-

nômico presmithiano, dos séculos XVII e XVIII, e algumas teses da escola histórica e do nacionalismo econômico alemão do século XIX. Existe, em particular em Petty, Cantillon e Steuart, convergência notável, do ponto de vista de suas concepções sobre a produção, o emprego, o excedente, a importância da agricultura e a natureza desigual do comércio internacional. Além disso, há enorme convergência do ponto de vista de suas concepções metodológicas. Nos dois casos, a preocupação com a coerência lógica e com proposições formalizadas é substituída pela descrição e interpretação dos fenômenos econômicos reais, na sua complexidade social e histórica. Por isso, ambos investem no conhecimento histórico-comparativo. Além disso, o estruturalismo compartilhou com o nacionalismo alemão – em particular com List e Schmoeler – a visão do papel do Estado, da importância da industrialização e da necessidade da construção de um sistema econômico integrado e capaz de auto-reproduzir-se, de forma relativamente endógena, graças a uma integração virtuosa entre a agricultura e a indústria, ao incentivo estatal ao desenvolvimento tecnológico e à criação de um sistema econômico nacional que priorize o crescimento das forças produtivas.

O encontro do estruturalismo com o marxismo

A publicação recente dos principais trabalhos escritos na Cepal, nestes 50 anos, organizados por Ricardo Bielchowski³, permite identificar com precisão as várias etapas do desenvolvimento da escola estruturalista, desde os trabalhos pioneiros de R. Prebisch e C. Furtado. Permite também perceber seu vigor intelectual durante as primeiras décadas, e a perda de fôlego e originalidade a partir dos anos 80, quando, muitas vezes, chega a abandonar a perspectiva estrutural e de longo prazo na análise dos problemas econômicos e sociais latino-americanos, deixando em segundo plano o que fora seu ponto de partida: a antiga visão sistêmica e global sobre as condições periféricas e as “restrições externas” ao crescimento, diagnosticadas na primeira hora do pensamento Cepalino. É o momento em que todo o pensamento econômico latino-americano submete-se à discussão de curto prazo dos problemas relacionados com a inflação e a desestabilização macroeconômica das principais economias do continente. Foi a hora do retorno e da hegemonia do pensamento neoclássico e de sua defesa das políticas liberais e da reforma das instituições criadas durante o período desenvolvimentista. Mesmo o pensamento político e sociológico, de inspiração estru-

³ R. Bielchowski, (org.) (2000), *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL*, Record/Cofecol/Cepal, Rio de Janeiro.

turalista, restringiu seu objeto de estudo, nesse período, à discussão exclusiva sobre a origem e natureza dos regimes autoritários latino-americanos, que viviam os primeiros sinais de sua crise terminal.

Antes disso, entretanto, nas décadas de 60 e 70, o pensamento estruturalista se diversificou, do ponto de vista de sua trajetória intelectual e institucional. A própria situação política chilena, na década de 60, atraiu intelectuais de todo o continente, que se refugiavam numa das suas últimas democracias. Na década seguinte, uma vez mais, a situação interna chilena estimulou a imigração dos intelectuais críticos na direção de outros países e centros acadêmicos da América Latina. Nesses dois momentos, dentro e fora do Chile, o estruturalismo estabeleceu diálogo construtivo com outras correntes de pensamento social e econômico. Nos anos 60, o estruturalismo viveu seu momento de maior proximidade e diálogo com algumas vertentes inovadoras do pensamento marxista latino-americano. Como se sabe, antes disso, com a ressalva de algumas contribuições individuais e excepcionais, caso de Mariategui, Haya de la Torre e Caio Prado Júnior, o pensamento marxista ficou prisioneiro das posições oficiais dos partidos comunistas latino-americanos. Sua pobreza teórica, entretanto, não impediu que as teses partidárias sobre a revolução democrático-burguesa e sobre a natureza reacionária da aliança entre o imperialismo e o latifúndio se transformassem numa referência básica e simplificada, em torno à qual girou quase todo o debate teórico e ideológico da era desenvolvimentista. A tese central era que a “revolução democrática” deveria passar pela industrialização, e que esta só avançaria apoiada na aliança entre a burguesia e o operariado nacional, contra os interesses do latifúndio e do imperialismo.

Contra essas teses desenvolveu-se, nos anos 60, um novo marxismo acadêmico, que punha sob suspeita a importação acrítica das categorias e dos modelos históricos europeus. O sociólogo Roberto Schwarz resumiria, muitos anos mais tarde, o que foi o ponto de partida dessa releitura de Marx: “a convicção de que faria parte de uma inspiração marxista consequente um certo deslocamento da própria problemática clássica do marxismo, obrigando a pensar a experiência histórica com a própria cabeça, sem sujeição às construções consagradas que nos serviam de modelo, incluídas aí as de Marx”. A posição aproximava-se de Prebisch, de Furtado e dos demais estruturalistas no reconhecimento de que as “categorias históricas plasmadas pela experiência intra-europeia passam a funcionar num espaço com travessamento sociológico diferente, diverso mas não alheio, em que aquelas categorias nem se aplicam com propriedade, nem podem deixar de se aplicar, ou melhor, giram em falso mas são a referência obrigatória, ou, ainda, tendem a um certo formalismo. Um espaço diverso, porque a colonização não criava sociedades semelhantes à metrópole, nem a ulterior divi-

são internacional do trabalho igualava as nações. Mas um espaço de mesma ordem, porque também ele é comandado pela dinâmica abrangente do capital, cujos desdobramentos lhe dão a regra e definem a pauta” (Schwarz, 1999: 95). O encontro dessa releitura marxista com o estruturalismo teve papel decisivo na formulação do conceito de “dependência” e na defesa da viabilidade – sobretudo no caso brasileiro – de um “desenvolvimento dependente e associado” às economias centrais ou industrializadas.

Numa outra chave e espaço institucional, ocorreu – durante os anos 70 – o encontro do estruturalismo com o pensamento econômico da Escola de Campinas e sua releitura das ideias de Marx, Hilferding, Schumpeter, Keynes e Kalecki. Esse encontro deu origem à teoria do capitalismo tardio e dos ciclos endógenos da nova economia industrial brasileira. “Essa nova formulação teórica levou também a uma nova agenda crítica do desenvolvimento brasileiro que sublinhava sobretudo os seus problemas decorrentes da não-centralização do capital; da inexistência de um sistema de financiamento endógeno e industrializante; da não-calibragem estratégica da política industrial; da ausência de uma política comercial externa mais agressiva; da altíssima concentração da renda e da propriedade territorial agrária e urbana e dos pés de barro em que se sustentava o seu projeto de potência emergente” (Fiori, 1999, p. 35).

No final da década de 80 era visível que, junto com a nova hegemonia liberal, o pensamento crítico perdera sua vitalidade, e muitos estruturalistas e marxistas aderiam, de uma forma ou outra, ao projeto liberal-conservador que durante a década de 90 promoveu mais uma rodada de “modernização conservadora” das principais economias latino-americanas.

O ângulo cego da teoria

A derrota do pensamento crítico latino-americano, sobretudo na década de 90, não foi, evidentemente, um episódio acadêmico, nem, muito menos, prova da superioridade teórica das teses neoclássicas ou neoliberalas. Há que reconhecer a dificuldade dos estruturalistas e de muitos marxistas para compreender e se posicionar, teórica e politicamente, diante das transformações mundiais que acabaram atropelando e destruindo a estratégia e as instituições desenvolvimentistas, construídas depois da 2ª Guerra Mundial. Sua derrota frente à avalanche neoliberal foi sobretudo política, mas foi também resultado de algumas fragilidades e inconsistências teóricas, que já vinham de muito antes.

Já dissemos que a grande novidade e virtude da escola inaugurada por Raul Prebisch e Celso Furtado foi a visão sistêmica do desenvolvimento desigual do capitalismo à escala global, a crítica da teoria do comércio interna-

cional da economia neoclássica e, junto com isso, a visão hierárquica das relações comerciais entre o centro e a periferia do sistema econômico mundial. Celso Furtado foi quem melhor desenvolveu a versão histórica dessa tese, mostrando como se constituiu o sistema, a partir da revolução industrial europeia. Para Furtado, “o advento do núcleo industrial, na Europa do século XVIII, provocou uma ruptura na economia mundial da época, passando a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da terra” (Furtado, 1961, p. 178). Como já dissemos em outro ensaio sobre o próprio Furtado, “ele estiliza esta história, em vários momentos de sua obra, identificando a existência – como “tipos ideais” – de duas etapas fundamentais do “modelo clássico” de desenvolvimento histórico de longo prazo do capitalismo. A primeira, mais prolongada, deu-se quando a mão-de-obra era abundante e o progresso tecnológico lento, incremental e quase vegetativo. A segunda desenvolve-se a partir da revolução tecnológico-industrial que colocou o norte da Europa, definitivamente, no epicentro da economia capitalista mundial” (Fiori, 2000, p. 36).

Esse mesmo recorre histórico Celso Furtado utiliza para analisar a inserção internacional e a evolução estrutural da economia brasileira, sobretudo durante a sua “segunda etapa”, depois da “revolução industrial”. Sua tese já é clássica e bem conhecida, mas vale relembrá-la, porque sintetiza a visão estruturalista sobre o movimento histórico de globalização do capitalismo sob a égide inglesa. Nesse processo, “a iniciativa esteve com as economias que se industrializaram e geravam o progresso técnico; a acumulação rápida que nelas tinha lugar constituía o motor das transformações que iam se produzindo em todas as partes. As regiões que neste quadro de transformações tinham suas estruturas econômicas e sociais moldadas do exterior, mediante a especialização do sistema produtivo e a introdução de novos padrões de consumo, viriam a constituir a periferia do sistema”. Implantam-se nesse processo, simultaneamente, as condições originárias do subdesenvolvimento latino-americano, que ele define como uma “situação estrutural que reproduz permanentemente a assimetria entre o padrão de consumo cosmopolita de uns poucos (os modernos e modernizantes) que estão de fato integrados no mundo desenvolvido, e as debilidades estruturais do capitalismo periférico” (Furtado, 1984, p. 109 e 110).

A política, o poder e as classes sociais ocupam lugar secundário na leitura histórica dos estruturalistas, de conotação fortemente schumpeteriana, na medida em que a inovação e difusão tecnológica ocupam o lugar central na periodização da história capitalista e na determinação, em última instância, do processo histórico de hierarquização ou dualização do sistema econômico mundial. Como consequência, tem pouco espaço nas análises estruturalistas a competição entre os Estados e as determinações geopolíticas que atuaram favorecendo a supremacia da Inglaterra, e depois dos Estados Unidos, dentro e fora da Europa.

Mais tarde, foi Furtado, outra vez, quem melhor desenvolveu o conceito de construção nacional, dentro do pensamento estruturalista. Para ele, “a formação de um sistema econômico nacional teria três condições indispensáveis: a primeira seria a criação e o fortalecimento de ‘centros endógenos de decisão’ capazes de dar-nos a faculdade de ordenar o processo cumulativo em função de prioridades estabelecidas pelos próprios brasileiros; a segunda seria que este processo fosse acompanhado por uma crescente homogeneização da sociedade, capaz de abrir espaço para a realização do potencial da cultura brasileira; e a terceira, finalmente, que a própria idéia da ‘formação’ se fizesse ‘vontade coletiva’ e projeto político capaz de acumular a força indispensável para transformar a agenda das prioridades nacionais em dimensão política do cálculo econômico” (Fiori, 2000, p. 34).

O estruturalismo, em geral, não enfrentou o problema do “interesse de classe” do empresariado ou da burguesia latino-americana. Em princípio, a maior parte dos estruturalistas parece haver suposto em suas análises e propostas político-econômicas um comportamento empresarial clássico ou europeu, e por isso também acreditou numa vontade coletiva nacional, capaz de se impor, por cima das divergências entre as classes sociais e das alianças supranacionais do empresariado latino-americano. Cabe repetir aqui que o problema teórico de fundo foi que, para a maior parte dos estruturalistas, “o Estado foi sempre uma abstração, que ora aparecia como construção ideológica idealizada, ora era transformado pela teoria numa dedução lógica ou num mero entre epistemológico requerido pela estratégia de industrialização, sem que se tomasse em conta a natureza das coalizões de poder em que se sustentava. E não há dúvida de que esta cegueira teórica acabou cumprindo papel decisivo no encaminhamento de estratégias desenvolvimentistas de natureza extremamente conservadora, autoritária e anti-social” (Fiori, 1999, p. 26).

Não é casual que o próprio conceito de classe social freqüente pouco os textos estruturalistas, substituído, sistematicamente, pelo conceito de “agentes” ou “atores” sociais e políticos. Assim se eliminou, sem resolver, o problema crucial da incompatibilidade entre os interesses de classe, e da não-convergência, na América Latina, entre os “interesses burgueses” e os “interesses nacionais”. Os estudos clássicos da Cepal sobre a distribuição de renda latino-americana partiram, quase sempre, do suposto de que houvesse tendência natural do desenvolvimento econômico a produzir efeitos convergentes e homogeneizadores, do ponto de vista social.⁴ Na análise do

⁴ Problema diagnosticado e criticado no ensaio de M. C. Tavares e J. Serra, “Além da Estratificação”, publicado em 1970 e incluído na coletânea de M. C. Tavares, *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.

comércio internacional, a Cepal criticou corretamente a economia política clássica e fincou pé na diferença entre a periferia e o centro europeu; mas na discussão do problema da distribuição desigual da renda e da pobreza, não incorporou a visão clássica do conflito essencial entre o capital e o trabalho. Assumiu como um dado que a “convergência” da renda dos indivíduos, na Europa e nos Estados Unidos, depois da 2ª Guerra Mundial, era a regra e não uma enorme exceção na história de um capitalismo cuja tendência, sem intervenção do Estado, foi sempre a da “pauperização relativa”.

Um dos grandes paradoxos do pensamento Cepalino encontra-se na forma em que trata da questão nacional, ou da construção de um “sistema econômico nacional”. O projeto econômico dos estruturalistas para a América Latina à primeira vista parece irmão siamês do projeto de Friederich List para a Alemanha do século XIX. Mas a diferença fundamental está na forma em que cada um dos dois incorpora as idéias de “interesse nacional” e de “poder nacional”. List era um nacionalista e tinha um objetivo claro, que organizava seu projeto econômico: a construção e o fortalecimento do Estado alemão. Os estruturalistas latino-americanos não tinham, ou não podiam ter, esse objetivo. Suas idéias e propostas supõem, constantemente, o conceito de “interesse nacional”, mas eles não tomam em conta a competição e a dominação política entre os Estados, e por isso suas propostas jamais mencionam a idéia listiana de fortalecimento do poder nacional. Também neste caso, Celso Furtado é exceção, mas suas idéias sobre uma “formação econômica nacional”, que só estaria concluída com a criação “dentro do território brasileiro, de um sistema econômico articulado e capacitado para autodirigir-se (...) (através) de centros de decisão consistentes e autônomos” (Furtado, 1975, p. 79), são posteriores ao seu tempo na Cepal. O mesmo se deve dizer a propósito de sua convicção, já nos anos 90, de “que o ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de nação terá que ser agora, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país”.

As teorias da dependência procuraram corrigir alguns desses pontos, introduzindo a dimensão da política e dos interesses de classes nas suas análises nacionais e internacionais. Mas sua leitura das relações hierárquicas mundiais é binária e linear, como se existisse sempre um Estado que manda e outro que resiste ou se associa e obedece. Os dependentistas nunca estudaram nem se interessaram pela geopolítica internacional, e por isso nunca compreenderam a existência nem o funcionamento do “núcleo central” do sistema, composto por um número limitado de Estados que competem entre si e condicionam a dinâmica global a partir de sua própria competição. A longa guerra de 30 anos da primeira metade do século XX e a própria Guerra Fria ocupam lugar absolutamente secundário na sua análise da “era de-

envolvimentista”, uma história construída, segundo eles, por capitais, empresas e coalizões de poder, como se a geopolítica mundial se reduzisse a alguns tipos básicos de relacionamento competitivo ou associado, entre um mesmo centro e vários Estados e economias periféricas – uma arquitetura de poder estática, que iria mudando sua forma, mantendo a mesma estrutura básica, através da história.

A maior parte dos dependentistas acabou jogando fora a água e a criança, esquecendo-se do que havia de essencial no conceito prebischiano de periferia. Além disso, como já foi dito, para que as análises da dependência tivessem avançado teoricamente, “seria indispensável fazer a crítica da economia política da Cepal pelas raízes, e não a partir de seus resultados, como se procedeu: basicamente, do critério Cepalino de periodização histórica. Teria sido preciso, enfim, que não se localizasse o eivôvoco do pensamento da Cepal na abstração dos condicionantes sociais e políticos, internos e externos, do processo econômico, mas que se pensasse, até as últimas conseqüências, a história latino-americana como formação e desenvolvimento de um certo capitalismo. E não se podendo arrancar de uma periodização correta, nem de um esquema que apanhasse concretamente o movimento econômico da sociedade, a perspectiva integradora perdeu-se, em boa parte, dando a impressão de que se passou, apenas, à introdução das classes sociais no corpo teórico Cepalino” (Cardoso de Mello, 1982, p. 26). Mesmo assim, a classe estudada e introduzida no esquema teórico foi o empresariado, olhado apenas do ponto de vista do seu interesse material “cosmopolita” e internacionalizante, idêntico ao de todas as burguesias e aristocracias da periferia europeia. A diferença é que, naqueles casos, apesar desse interesse e projeto de classe, as burguesias foram coagidas, muitas vezes, pelas circunstâncias geopolíticas e geoeconômicas, a sustentarem projetos nacionais e populares de afirmação do poder dos seus Estados e dos sistemas econômicos locais.

Foram essas experiências históricas, aliás, dos países onde o nacionalismo econômico operou com sucesso, que tiveram papel decisivo na convicção “endogenista” da teoria do “capitalismo tardio”. O mesmo reaparece em todas as análises e propostas político-econômicas da Escola de Campinas, que nunca esteve de acordo com a afirmação de F.H. Cardoso de que “a acumulação capitalista, nas economias dependentes, não completa seu ciclo” (Cardoso, 1973, p. 163). Pelo contrário, o pensamento econômico campineiro sublinha todo tempo o dinamismo interno e os ciclos endógenos do capitalismo brasileiro, retirando importância analítica ao conceito de periferia, e deixando em segundo plano a discussão clássica da Cepal, sobre as “restringidas externas” ao crescimento latino-americano. Há uma revalorização do empresariado e do capitalismo nacional, colocando-se em

plano secundário o peso das relações econômicas e políticas internacionais. O próprio "Estado desenvolvimentista" volta a ter, por isso, as características de um instrumento que poderia ser redirecionado, a partir de um novo projeto de desenvolvimento, orientado a partir das "verdadeiras" prioridades nacionais e sociais da população brasileira.

Muito simplificadoramente, poder-se-ia dizer que o estruturalismo originário compreendeu a importância das relações entre o centro e a periferia, mas sua visão do sistema mundial é basicamente econômica: os dependentistas, por sua vez, esqueceram a economia e simplificaram em excesso a dimensão geopolítica do sistema mundial; finalmente, a escola campinheira não deu maior importância analítica ao próprio papel endógeno do sistema mundial⁵. O problema, nessa discussão, é que nenhuma das três vertentes dessa tradição do pensamento crítico incorpora simultaneamente, na sua leitura de longo prazo do desenvolvimento capitalista latino-americano, a questão das contradições e conflitos entre os Estados e entre as classes sociais. O capitalismo é um sistema global, mas omite-se sistematicamente que sua gestão política é interestatal e competitiva. A expansão do sistema assenta-se sobre relações de classe, mas seu conflito não aparece na maior parte das análises econômicas. Além disso, os Estados, individualmente, são vistos – quase sempre – como instituição homogênea e iluminista, capaz de seguir os conselhos mais ou menos equivocados dos economistas. Trata-se de um aparelho capaz de encaminhar, desenvolver ou operar políticas econômicas. Não se toma em conta a heterogeneidade dos interesses que atravessam os Estados, nem se toma em consideração que os Estados tenham que cumprir objetivos incompatíveis com os ideais dos economistas.

O pensamento crítico é tributário de toda a tradição clássica e moderna da teoria econômica. Uma visão do interesse de classe e do poder dos Estados que vem da economia política liberal mantém-se na teoria neoclássica, está presente na teoria keynesiana e também nas teorias do desenvolvimento, incluindo sua versão estruturalista. O próprio Marx, que melhor percebeu a natureza clássica do sistema, tampouco incluiu em sua análise do capital, e jamais considerou o problema dos territórios e da competição entre as nações relevante para o estudo do desenvolvimento capitalista. De maneira que, para uns e para outros, os interesses e o poder político aparecem como "eternidade" dentro de suas análises da dinâmica econômica. A competição e a hierarquia de poder entre os Estados não tem papel importante na sua teoria da distribuição da riqueza entre as nações.

Esse "ângulo cego" do pensamento crítico latino-americano pesou decisivamente na demora e dificuldade para compreender o que se passava no mundo, a partir da década de 70, em particular os processos simultâneos de concentração territorial do poder e da riqueza mundial e de pauperização das grandes massas. A maior parte dos estruturalistas, e também dos marxistas, interpretou as mudanças do sistema mundial privilegiando as transformações tecnológicas e institucionais dos regimes de produção e acumulação. Acabaram concordando, em muitos pontos, com as teorias do "crescimento endógeno" e da *new institutional economics*, chegando, por vezes, às mesmas conclusões da interpretação liberal do fenômeno da globalização. Neste ponto encontra-se nossa principal divergência conceitual e de interpretação dos fatos.

Para retomar o caminho

Nossa releitura da tradição crítica do pensamento latino-americano parte, uma vez mais, do conceito e da análise da dinâmica do "sistema mundial". Considera os espaços e limites dos desenvolvimentos regionais e nacionais do sistema capitalista a partir de suas posições, conquistadas historicamente dentro das hierarquias geopolíticas e geoeconômicas do próprio sistema.⁶ Não temos dúvida sobre a profundidade das transformações vividas pelo sistema mundial nos últimos 25 anos, mas consideramos que o fenômeno da globalização não resultou de imposição tecnológica, nem é puramente econômico, envolvendo novas formas de dominação social e política que resultaram de conflitos, estratégias e imposição vitoriosa de determinados interesses, tanto no plano internacional quanto no espaço interno dos Estados nacionais.⁷

O mais importante é que essas transformações, que se aceleraram a partir da década de 70, não suprimiram as leis de movimento e tendências de longo prazo do sistema capitalista, nem sua forma de evoluir e transformar-se, movido pelas contradições entre seus processos simultâneos de acumulação do poder e da riqueza, impulsionados pela competição e conflitos entre os Estados e entre as classes sociais. No final do século XX, como em outros momentos de ruptura, as grandes transformações do sistema mundial en-

⁵ É óbvio que esta generalização não inclui os trabalhos posteriores ao ensaio de M. C. Tavares, *A retomada da hegemonia americana*, publicado em 1984, e discutidos no artigo *De pois da retomada da hegemonia*, incluído no mesmo livro.

⁶ A retomada e discussão dos temas e conceitos mais estritamente econômicos do pensamento crítico sobre a questão do desenvolvimento latino-americano – como crescimento, distribuição, inflação, etc. – é feita em vários artigos deste mesmo livro.

⁷ Este ponto aparece amplamente analisado em nosso livro, organizado junto com M. C. Tavares, *Poder e dinheiro, uma economia política da globalização*, Editora Vozes, Petrópolis.

volveram, sempre, decisões e mudanças no campo da concorrência e acumulação do capital, como no campo da luta e centralização do poder político. Uma vez mais, para entender a grande transformação deste final de século e seu impacto sobre a periferia do sistema mundial, há que olhar simultaneamente para as mudanças monetárias e financeiras e para os caminhos da centralização do capital, e para o processo de concentração do poder militar e político nas mãos da vontade imperial norte-americana. Neste último final de século, como em outros momentos da história do sistema mundial, pode-se dizer com Fernand Braudel que “o resultado de uma crise longa e generalizada (caso desta última) foi sempre o de clarificar o mapa do mundo, de devolver brutalmente cada um a seu lugar, de reforçar os fortes e interiorizar os fracos” (Braudel, 1996, p. 65).

Muitos consideram conspiratória esta forma de ler as mudanças do sistema mundial. O problema é que “...para eles tudo que não seja resultado das forças impessoais do mercado ou do progresso tecnológico pertence ao campo metafísico da conspiração política. Na verdade, o que fazem é transferir para o plano analítico o que é apenas obsessão ideológica: a vontade de eliminar da análise do desenvolvimento histórico do sistema mundial a política e o conflito de interesses entre os Estados e os grupos sociais, sobretudo porque a luta entre interesses e poderes, no plano internacional como no plano local, não se dá na forma de um ‘mercado político’ e não é compatível com a linguagem dos modelos de equilíbrio e das ‘decisões racionais’. Na luta pelo poder, a hierarquia e objetivos diferentes e contraditórios dos ‘deci-sores’ – individuais ou coletivos – são fundamentais e é isto que não entra ou não pode entrar nos esquemas teóricos das interpretações mecanicistas” (Fiore, 2001, p. 10).

Esta proposta metodológica de interpretação das mudanças do sistema mundial desenha uma agenda ou programa de pesquisa de natureza histórica, na qual o problema do desenvolvimento desigual do capitalismo reaparece estreitamente vinculado à competição entre os Estados pelo poder e pela riqueza mundiais, o que recoloca a questão teórica e histórica das relações contraditórias: i) entre a natureza simultaneamente nacional e internacional do capital; ii) entre a natureza global dos fluxos econômicos e sua gestão política pluriestatal; iii) entre a “vocalização” liberal-internacionalizante do capital e sua permanente necessidade de associar-se às máquinas estatais de poder territorial; iv) e entre a vocalização ao império mundial, do capital financeiro, e a multiplicidade de “vocalizações imperiais” dos poderes políticos.

É neste ponto que a tradição estruturalista pode e deve ser enriquecida pelas novas abordagens históricas que trabalham, desde a década de 70, com os conceitos de economia do mundo capitalista (Braudel) e sistema mundial moderno (Wallerstein). Tais abordagens se propõem estudar, exatamente, a

história da expansão do sistema mundial e da constituição da economia de mercado e do capitalismo internacional, enquanto obra conjunta do poder político e do capital. Como diz Fernand Braudel, “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado”, e foi só na Europa dos séculos XV e XVI que ocorreu esta junção, produzindo a “poderosa mescla que impeliu as nações europeias à conquista territorial do mundo e à formação de uma economia mundial poderosíssima e verdadeiramente global” (Arrighi, 1996, p. 11). Essa leitura sublinha, junto com Max Weber, a importância na história do desenvolvimento capitalista da “memorável aliança entre os Estados em ascensão e as forças capitalistas”.

Esta nova abordagem histórica retoma, em muitos pontos, a leitura histórico-institucional de Karl Polanyi sobre as origens dos mercados e das economias nacionais, e não se contradi-z com os estudos de Norbert Elias e Charles Tilly sobre a sociogênese dos Estados. Em todos estes autores há preocupação comum com a constituição histórica das relações modernas entre o poder, o capital e o território; entre as guerras, os Estados e as cidades; e entre os impérios, as grandes potências e o desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial. Todos se propõem entender a formação do capitalismo e do Estado, investigando o seu momento originário, a hora em que se constituem, conjuntamente, a economia-mundo europeia, os mercados nacionais, os impérios coloniais, o sistema interestatal e as identidades nacionais. A partir desse momento inicial são pensadas as hierarquias e os conflitos mundiais; a formação do núcleo central do sistema, de seus impérios coloniais e de sua periferia, constituída por Estados independentes, mas subordinados. Como diz Braudel, “o sucesso do centro só é possível quando as economias inferiores e as economias submetidas são acessíveis, de uma maneira ou de outra, mas regularmente, à economia dominante” (Braudel, 1996, p. 244).

Braudel revolucionou a leitura da história econômica ao privilegiar o tempo longo e estrutural no estudo da constituição dos mercados e da economia-mundo/capitalista, em torno do Mediterrâneo, a partir do século XIII. Sua visão dos tempos históricos e, sobretudo, da longa duração das estruturas econômicas, e sua definição do capitalismo, oposta à da economia de mercado, como o espaço dos “grandes predadores” associados ao poder político, abriram as portas a nova teoria sobre as origens da modernidade. É sobretudo no terceiro volume da grandiosa *Civilização material, econômica e capitalismo, séculos XV-XVIII*, que Braudel desenvolve sua teoria sobre as fronteiras, as hierarquias e a dinâmica expansiva das economias-mundo. Retoma a hipótese de Wallerstein sobre a origem do *modern world system*, mas vai buscar suas raízes mais atrás, nas redes urbanas italianas e hanseáticas do século XIII. A partir daí estuda a forma como se constituem as hierar-

quitas e como no centro das economias-mundo “aloja-se sempre um Estado fora de série, ao mesmo tempo temido e admirado”, constatando que, nesta zona dominante, “o Estado mergulha no próprio movimento da economia-mundo, servindo aos centros, servindo ao dinheiro e a si mesmo” (Braudel, 1996, p. 30/40), ao passo que na periferia do sistema os Estados se constituem numa espécie de instituições esvaziadas, porque suas economias são dominadas por grupos ligados ou submetidos ao estrangeiro.

Outro ponto importante da história braudeliiana é sua descoberta que os Estados e sua vontade política tiveram papel decisivo na constituição dos próprios mercados e das economias nacionais que nasceram, na França e na Inglaterra, como fruto da resistência à dominação mercantil e financeira da Holanda. Os mercados e as economias nacionais, portanto, não nasceram da evolução espontânea do próprio mercado; pelo contrário, foram “injetados” num espaço territorial pela vontade política dos Estados que se propuseram e foram capazes de articular e integrar suas economias regionais, internalizando, ao mesmo tempo, os ganhos e as redes construídas pelo comércio de longa distância. A tese aproxima Braudel de Polanyi, contra o senso comum construído a partir da teoria smithiana sobre a origem da economia de mercado.

Immanuel Wallerstein, por sua vez, localiza a origem do *modern world system* no século XVI, que nasce como um subproduto do fracasso do projeto imperial dos Habsburgo. Segundo Wallerstein, existem dois tipos básicos de *world system*: os que foram dotados de um sistema político único, e que ele chama de *world-empires*, e os que foram dotados de uma só economia, mas com vários sistemas políticos, que ele chama de *world-economies*, e cujo caso clássico foi o do capitalismo europeu, a partir do século XVI. Foi onde e quando se deu o pleno desenvolvimento da economia de mercado, que conviveram sempre com várias formas ou tipos de relações sociais de produção, unificadas pelo mesmo objetivo da “maximização sem limites” dos lucros.

O novo sistema estabiliza-se por volta de 1640, de forma hierarquizada: no centro existia um *core*, situado no nordeste europeu, cercado por uma semi-periferia, situada na Europa do leste, e uma periferia mediterrânea que depois se estende para outras regiões do mundo, colonizadas pelos europeus, cada uma delas especializando-se em determinado tipo de produção com diferentes tipos de relações de trabalho. Esse “sistema mundial moderno” não foi criado, mas se fortaleceu e afirmou definitivamente, segundo Wallerstein, com o fracasso do projeto Habsburgo de constituição de um império-mundo. Neste ponto ele marca diferença fundamental com Braudel, ao sublinhar, mais do que o historiador francês, a importância do que chama de *core states*, que constitui peça essencial de todo o sistema. Para Wallerstein, a *world economy* constitui sistema único de divisão do

trabalho, apesar de que seu dinamismo tenha muito a ver com o fato de que este sistema econômico seja gerido por um conjunto de jurisdições políticas independentes. Apesar de sublinhar o papel dessas entidades políticas, Wallerstein considera que esses Estados são mais ou menos fortes e centralizados, dependendo de estarem mais ou menos próximos da zona central da *world economy*. Wallerstein chega a afirmar, em vários momentos, que não existem Estados periféricos propriamente ditos, mas “áreas periféricas”, administradas por Estados fracos ou simulacros de Estados. Sintetizando o argumento: o desenvolvimento do capitalismo se deu na Europa, graças ao fato de que seus Estados não lograram transformar-se em impérios-mundo, tiveram que operar num espaço que nunca foi controlado por qualquer entidade política única e superior. Como ele diz, “o capitalismo pôde florescer porque a economia mundial teve dentro de seus limites, não um, mas uma multiplicidade de sistemas políticos” (1974, p. 348), a despeito de que, em última instância, o sistema tenha sido sempre “coordenado” por uma potência hegemônica, como foi o caso da Holanda, da Inglaterra e finalmente dos Estados Unidos.

Giovanni Arrighi inscreve-se nessa mesma abordagem histórica, mas no seu esquema analítico existe relação mais estreita e ativa entre o poder político e o capital, e esta relação ocupa papel mais importante na origem do sistema capitalista e na expansão cíclica das suas estruturas de acumulação e de hegemonia, através dos últimos cinco séculos. Por outro lado, em linha com Braudel e Polanyi, Arrighi atribui às altas finanças papel central na dinâmica do sistema, desde o século XV, com a formação e internacionalização do capital financeiro florentino e genovês, que financiam, desde então, o poder territorial dos Estados. Arrighi sustenta, com Braudel, que a chave para compreender o sistema capitalista moderno está “no domicílio oculto onde o dono do dinheiro encontra-se com o dono, não da força de trabalho, mas do poder político, lugar onde desvendaremos o segredo da obtenção dos grandes e sistemáticos lucros que permitiram ao capitalismo prosperar e se expandir ‘indefinidamente’ nos últimos quinhentos ou seiscientos anos, antes e depois de suas incursões nos domicílios ocultos da produção” (Arrighi, 1995, p. 25).

Em outro momento Arrighi diz que “a fusão entre o Estado e o capital foi o ingrediente vital da emergência de uma camada claramente capitalista por sobre a camada da economia de mercado e em antítese a ela” (*id.*, p. 20). Como consequência, para Arrighi, o “regime de acumulação em escala mundial” é sempre resultante de estratégias e estruturas implementadas e sustentadas por blocos de agentes governamentais e empresariais capazes de promover e organizar a expansão da economia capitalista mundial. Por sua vez, “a competição interestatal e interempresarial pode assumir formas

diferentes, e a forma que assumem tem conseqüências importantes para o modo como o moderno sistema mundial – enquanto modo de governo e enquanto modo de acumulação – funciona ou deixa de funcionar. Não basta enfatizar a ligação histórica entre concorrência interestatal e interempresarial. Devemos também especificar a forma que ela assume e como se modifica no correr do tempo” (*id.*, p. 33).

O ponto de partida de Charles Tilly no livro *Coerção, Capital e Estados Europeus* é um pouco diferente, mas os resultados de sua pesquisa e seu argumento são perfeitamente compatíveis com as teses principais de Braudel, Wallerstein e Arrighi. Ele questiona por que os Estados nacionais só nasceram na Europa; por que, dentro da Europa, acabaram impondo-se às outras formas de exercício coercivo do poder territorial, dinásticas ou imperiais; e, finalmente, pergunta-se se isso tem a ver com o fato de que a Europa tenha conseguido impor-se diante do mundo asiático, mais rico e sofisticado que a Europa na altura do século XV. Sua tese ou resposta é que o “milagre europeu” se impõe dentro e fora do velho continente, graças ao dinamismo gerado por sua fragmentação competitiva, que se desdobra num longo movimento entre 1000 e 1815. A “explosão” que está na origem desse enorme dinamismo nasceu do encontro entre um conjunto de relações de troca e acumulação de capital, concentradas em algumas cidades europeias, com um conjunto de relações de coerção, que estão na origem do poder territorial dos Estados. Entre 1550 e 1650 surge o “sistema europeu de Estados, incluindo, no começo do século XVII, da Suécia até o Império Otomano, de Portugal à Rússia, realidade confirmada pela guerra dos 30 anos e pela paz de Vestfália.

Desde o primeiro momento, dentro da própria Europa, coloca-se a questão: por que a polarização e oligopolização do poder mundial, na medida em que se formam dois tipos de Estados completamente diferentes, as Grandes Potências e os demais? Tilly define as Grandes Potências como “Estados que têm capacidade militar e perseguem interesses globais que defendem por vários meios, exercendo direitos excepcionais nas relações internacionais” (Tilly, 1996). No alto dinamismo do sistema, como na sua hierarquização, Charles Tilly vê o papel central das guerras, origem e motor da “fragmentação criativa” europeia. A Europa foi uma criação da guerra, e a guerra foi criando ou exigindo a homogeneização das populações e a formação de identidades coletivas, que se identificaram, em primeiro lugar, com os senhores e as dinastias, depois com as religiões, e finalmente com as nações.

Na discussão da guerra e dos seus encadeamentos, Charles Tilly aproxima-se do argumento de Norbert Elias, no seu estudo sobre a formação ou sociogênese dos Estados modernos. No clássico *Processo civilizatório*, Elias analisa a tessitura elementar do processo de concentração inicial de poder,

por meio das guerras dinásticas do norte da Europa, num tempo em que a luta ainda não era entre Estados ou nações, mas no qual começavam a germinar as raízes de “toda a história posterior da formação de organizações monopolistas” (Elias, 1939, ed. 1993, p. 114). É no norte da Itália que se constituem as primeiras formas de articulação dinâmica entre o poder, o território, a guerra e a expansão da riqueza, mas é no norte da Europa que se constituem os primeiros “núcleos imperiais”, que nascem da fragmentação do império de Carlos Magno. Na análise detalhada dos primeiros passos e conflitos entre esses núcleos, Elias registra o movimento germinal da concentração e centralização do poder, concluindo que “seja qual fosse a razão específica, a força propulsora primária foi produzida pela pressão competitiva intrínseca à configuração, pela luta elementar de sobrevivência entre as unidades e por seus conflitos de *status* e poder” (*id.*, p. 218). Esse processo independeu dos acidentes históricos, porque o simples fato de que “uma sociedade tenha numerosas unidades de poder e de propriedade de dimensão relativamente igual tende, sob fortes pressões competitivas, para a ampliação de umas poucas unidades e, finalmente, para o monopólio (...), tendendo a desviar-se do Estado de equilíbrio em direção a outro Estado em que um número cada vez menor concorrerá entre si” (*id.*, p. 93).

O argumento de Charles Tilly sobre a origem das novas guerras europeias vai à mesma direção, quando afirma que “os europeus seguiam uma lógica padronizada de promoção da guerra: todo aquele que controlava meios substanciais de coerção tentava garantir uma área segura dentro da qual poderia desfrutar dos lucros do comércio e mais uma zona tampão fortificada para proteger as áreas de segurança. Quando esta operação estava assegurada por algum tempo, impunha-se nova zona tampão. Quando as potências adjacentes estavam perseguindo o mesmo objetivo, com a mesma lógica, o resultado era a guerra” (Tilly, p. 127).

Norbert Elias, entretanto, agrega um ponto decisivo quando constata que o processo de concentração de poder acontece de forma simultânea com o aumento da interdependência entre os próprios contendores: “cada rival é cada vez mais, ao mesmo tempo, um parceiro na linha de produção da mesma maquinaria. Todos são ao mesmo tempo adversários e parceiros”, consolidando-se uma complementaridade de interesses entre a competição dos poderes políticos e o movimento de globalização dos capitais privados.

Não é impossível aproximar as leituras geopolítica e geoeconômica desses autores e tentar avançar e precisar analiticamente a forma em que se deu a dinâmica originária e geradora do sistema: a fissão nuclear gerada pelo encontro dos poderes territoriais com o dinheiro, mediado pelas guer-

ras, cujo financiamento está na dívida pública. Nesse momento histórico ocorre a primeira expansão política do capital, antes que se consolidasse qualquer idéia de soberania nacional. Pode-se dizer que o que identifica a originalidade do poder do Estado moderno com relação a outras formas de poder territorial é esta combinação expansiva do poder com as finanças e os territórios, circunscritos cada vez mais pela competição e pelas guerras com outros poderes dotados da mesma necessidade expansiva. É isso que fez a originalidade e a força dos Estados que acabaram se impondo, dentro e fora da Europa, a outras formas de organização do poder territorial. Foram suas guerras que elevaram os custos de proteção dos poderes territoriais, obrigando-os a elevar e sofisticar suas formas de taxaço e financiamento. Segundo os cálculos dos historiadores, nunca houve período maior do que 20 anos sem que houvesse uma guerra interestatal, desde o século XV. Essa forma limite e duradoura de competição é que dá finalmente autonomia e vida própria ao capital, que se transforma em capital financeiro, a forma abstrata e dominante de todas as riquezas, capaz de intertratar de forma invisível e ubíqua com a competição política, com a guerra e com todos os tipos de expansão do poder político e, ao mesmo tempo, com todas as formas de resistência às expansões imperiais. Em cada grande período ou século existiu um grande conflito central, uma guerra duradoura que foi o núcleo atômico do sistema. Essa grande guerra ou bipolaridade, por sua vez, delimitou uma espécie de “espaço tempo geoestratégico”, que acaba envolvendo e hierarquizando todos os demais conflitos, e, como consequência, todos os demais territórios. Parece existir relação estreita entre o dinamismo econômico interno desses territórios e seu grau de proximidade com relação ao conflito central.

No caminho dessas guerras, as cidades do norte italiano inventaram os títulos da dívida pública, sofisticados mais tarde pelos bancos de Amsterdã e da Inglaterra, criados nos séculos XVII e XVIII. No coraçáo dessa engrenagem instalou-se a contradição entre a natureza globalizante do capital (aparentemente desterritorializado e apolítico) e suas raízes ou seu impulso originário e permanente, político e territorializado. Essa dinâmica de acumulação é necessariamente conflitiva, e é por isto que repõe, a cada momento da história, novas formas de fronteiras, análogos às que existem na separação/competição dos capitais privados individuais – espécie de barreiras a entrada, que se deslocam o tempo todo, recriando espaços de monopolização e fontes adicionais de poder e lucros extraordinários. Essa dialética originária acaba incluindo a competição intercapitalista dentro de um dilema análogo ao que foi chamado, no campo internacional, no século XX, de “dilema da segurança” – a necessidade implacável que os Estados têm de armar-se cada vez mais para manter a capacidade de defender sua so-

berania diante de outros Estados que também se armam com o mesmo objetivo, numa escalada ascendente e sem limites.

No campo econômico, da mesma forma, a expansão permanente do poder político e dos territórios econômicos se transforma em necessidade e instrumento essencial para a criação de novas formas de monopolização, mesmo quando se possa constatar, depois da história passada, que algumas iniciais “colonizadoras” ou “periferizadoras” não tiveram os rendimentos esperados, e não foram decisivas para a acumulação de riqueza nas metrópoles. Esse processo de expansão de poder/acumulação de riqueza, ao passar por rodadas sucessivas de novas monopolizações, aprofunda ao mesmo tempo a tendência do sistema à “pauperização relativa” e à polarização progressiva do poder e da riqueza entre as classes sociais e as nações, processo contraditório que dinamizou, através da história, todos os grandes ciclos expansivos da acumulação e globalização do capital associados a projetos de poder imperiais ou hegemônicos, como foi o caso norte-americano no século XX, mas sobretudo depois da 2ª Guerra Mundial.

O novo sistema mundial

Em 1944, Karl Polanyi publicou sua obra clássica sobre as mudanças econômicas, políticas e institucionais que permitiram, no século XIX, o pleno desenvolvimento da economia de mercado e da época de ouro da civilização liberal. *A grande transformação* foi escrita durante a crise que preparou o nascimento, depois da 2ª Guerra Mundial, do Welfare State e dos “Estados desenvolvimentistas”, segundo Polanyi uma reação de autoproteção da sociedade contra os efeitos entrópicos dos mercados auto-regulados. Hoje não é difícil perceber que está em curso uma nova grande transformação da sociedade e da economia capitalista mundial, cujo resultado mais visível tem sido exatamente o retorno às crencas e políticas daquela primeira época de ouro do liberalismo econômico.

Ao analisar as mudanças do século XIX, Polanyi foi dos primeiros a associá-las à vitória econômica e política da Inglaterra sobre a França e ao nascimento de uma nova ordem mundial, baseada no controle inglês dos mares, dos portos e da moeda de referência internacional, pilares em que se sustentou o domínio das altas finanças e o poder imperial que a Inglaterra exerceu sobre o mundo, de forma exclusiva, até 1880, e de forma mais atenuada ou contestada até o final da 1ª Guerra Mundial. Agora, de novo, depois do fim do mundo socialista e da Guerra Fria, a vitória americana vem criando uma nova ordem mundial, articulada a partir do poder global, econômico e militar dos Estados Unidos. Pouco a pouco, os analistas foram